

Transformando ficções em História

Escreva sua história na areia da praia para que as ondas a levem através dos sete mares até tornar-se lenda na boca das estrelas cadentes. Conte sua história ao vento. Cante-a nos bares para os rudes marujos, aqueles cujos olhos são faróis sujos, sem brilho. Escreva no asfalto, com sangue, grite bem alto a sua história antes que ela seja varrida na manhã seguinte pelos garis. Abra o peito na direção dos canhões! Suba nos tanques de Pequim! Destrua as catedrais de Paris! Defenda a sua palavra. A vida não vale nada se você não tem uma boa história para contar.

Claufe Rodrigues

Poder contar histórias mesmo que para isso seja necessário expor-se a perigos e punições. Garantir um meio de difundi-las ainda que seja preciso destruir preconceitos. Imortalizar narrativas locais, apesar das forças contrárias. Enfim, enfrentar os canhões, os tanques e as catedrais simbólicas para falar sobre as suas verdades e vivências. Talvez essa necessidade de preservar o direito de difundir suas palavras, através de um meio de comunicação, motive grande parte dos militantes das rádios comunitárias na luta por legitimar o seu discurso.

Nesse sentido, estar engajado neste movimento requer encontrar-se predisposto a enfrentar vários elementos provocadores de tensões: apoiar uma reforma agrária do ar; investir na capacitação para mudar visões; envolver-se nos trâmites para obter concessão da outorga do Ministério das Comunicações; conviver com a repressão, as prisões, o lacre dos equipamentos, o fechamento das rádios e a mudança constante da sede e telefones. É um refazer-se constante.

Este processo, que envolve tensões e inclusões, pretende garantir o acesso às rádios comunitárias e através delas transformar ficções¹⁷ em História. Hoje, o ato de falar em um meio de comunicação significa tornar fato aquilo que foi exposto. Daí a importância conferida à mídia na legitimação destas falas. No nosso entender, são os sujeitos que compartilham da “cultura popular” reafirmando suas maneiras de elaborar e viver tendo como suporte o rádio. A forma como eles se apropriam deste veículo gera a construção de uma relação

¹⁷Antes gostaríamos de esclarecer que não estamos utilizando o termo ficção com o seu conceito já tradicionalmente sedimentado principalmente pela literatura e pelo cinema. Aqui, convencionamos empregar a palavra, para designar aquilo que não tem visibilidade nem credibilidade por ser proveniente de classes populares. Tratam-se de discursos e experiências de vida que por serem tão distanciados da ideologia hegemônica não são agraciados com o crédito de verdade, antes equilibram-se na borda do recalque e das ausências nos meios de comunicação legitimados.

diferenciada da comunidade com a sociedade em geral e a esfera pública. Questionamos se não estaria sendo estabelecida uma espécie de quinto poder¹⁸. Desconfiança ratificada pelo que convencionamos chamar de antropofagismo midiático, ou seja, o resultado da absorção e deglutição dos modos de fazer das rádios comunitárias pelas emissoras tradicionais e vice-versa.

Assim, ao recontarmos a história das rádios comunitárias neste trabalho e simultaneamente darmos destaque para as ações e narrativas dos participantes destas emissoras, pretendemos marcar o nosso objetivo duplamente: conferir *status* de verdade às narrativas e trajetórias dessas emissoras, que geralmente não obtiveram visibilidade por suas produções serem consideradas manifestações inexpressivas, menores e desinteressantes para estar ao lado do que se creditou chamar de fato no radiojornalismo tradicional. E também garantir que este segmento possa estar inserido de modo mais integrado na história do rádio no Brasil.

2.1

Tensões e inclusões

Para não ficarmos parados frente ao confuso emaranhado de relações que se estabelecem e configuram a situação das rádios comunitárias, mas ao contrário, identificarmos os principais fios desta teia, seguimos as orientações dadas por Luci Giard. Ela analisa a postura adotada por Certeau frente aos seus objetos de estudo:

[Certeau] Toma por objeto não a espuma dos dias, o desconcerto e a confusão do discurso político, as lamentações de uns, as censuras dos outros, mas o sentido oculto daquilo que, mais profundo, e ainda misterioso, se manifesta essencial em uma grande confusão de palavras. (...) Na brecha entre o dizer e o fazer (...).¹⁹

No nosso caso, ao procurarmos decifrar aquilo que se encontra nas entrelinhas das tensões apresentadas no contexto das rádios comunitárias, buscamos reconhecer o que está por trás dos conflitos enfrentados pelos militantes

¹⁸Antes de nos referirmos ao que convencionamos chamar neste trabalho de quinto poder cabe explicarmos o conceito de quarto poder. A idéia deste último vem à tona como um fiscalizador dos outros três poderes (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário) e, ao mesmo tempo, como um poder que influencia os demais poderes, de modo a veicular aspirações e necessidades da sociedade civil.

¹⁹Esta avaliação está presente na apresentação do Livro *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer* (Certeau, 1994, p. 12).

deste segmento. Estamos nos referindo ao que representa simbolicamente o acesso do popular às rádios comunitárias, promotoras de inclusões muito mais profundas do que aquelas que podem ser vistas apenas na superfície do processo.

Para tanto, recorreremos à própria trajetória percorrida pelo sujeito que para poder contar a sua ficção e transformá-la em História precisa garantir o acesso à rádio comunitária. Por vezes, não é tão fácil entrar em contato com a equipe da emissora porque com frequência a rádio necessita mudar de endereço e/ou telefone. Trata-se de uma espécie de cenografia móvel, montagens e remontagens de estúdio, equipamento e pessoal, por medo de repressões. Isto pode ser verificado na própria constância com que os cadastros das emissoras filiadas, a Revira, são alterados:

Trabalho na Revira há 1 ano e meio e durante este período manter o cadastro atualizado é uma tarefa árdua, que requer muita dedicação e acompanhamento das rádios parceiras. O problema não é nem o grande número de emissoras de todo país que fazem a inscrição conosco, mas sim manter os dados atuais porque têm rádios que mudam de sede e de número de telefone frequentemente. Aquelas que temos contato maior, geralmente nos avisam quando isso acontece. Mas têm umas que só vamos saber quando precisamos entrar em contato por algum motivo e vemos que nem por correspondência nem ligação conseguimos encontrar os responsáveis. Às vezes, por medo de que a rádio feche, eles vão para outro endereço e nos comunicam, mas têm uns que somem e não aparecem mais.²⁰

Este cuidado por parte de alguns dirigentes de rádios comunitárias exemplifica o receio que eles têm para manter a emissora que pertencem em funcionamento. Muitos temem ser alvo de repressões por ainda não disporem da licença do Ministério das Comunicações. Para conseguir a outorga é feita uma série de exigências de documentação e procedimentos, mas ainda assim, não há garantias que o órgão irá autorizar o canal a estar no ar.

No entanto, atualmente, isto não é impedimento para aqueles que querem montar e manter uma rádio comunitária. De acordo com o professor José Carlos Rocha, do Fórum Democracia na Comunicação (FDC), já se foi o tempo em que se pretendia fazer um tipo de revolução que assegurasse que tais emissoras pudessem ser sintonizadas:

²⁰Entrevista concedida por Roseli Pereira à pesquisadora em 25 de setembro de 2006. Ela é assessora de coordenação da Revira, além de responsável pelo banco de cadastro das emissoras da Rede.

A primeira revolução foi colocar as emissoras no ar e isto agora já é uma realidade. As rádios comunitárias precisam agora conquistar a sociedade pela excelência de sua programação. E o caminho para isto se concretizar é a capacitação.²¹

O primeiro momento que Rocha ressalta relaciona-se justamente com a época em que as emissoras comunitárias eclodiram de modo mais generalizado no Brasil. A tensão, aqui, era expressa justamente por esta insatisfação e até mesmo uma certa revolta pelo Estado ser o definidor dos que teriam a outorga. De acordo com Machado, Magri e Masagão (1987), os militantes do movimento manifestavam um inconformismo com a apatia da sociedade frente a este poder considerado abusivo em relação às comunicações:

Não se cogita, entretanto, lançar qualquer suspeita sobre a autoridade do Estado para distribuir as faixas de onda. O Estado permanece encarado como proprietário legítimo do espaço eletromagnético, donde decorre que o apadrinhamento continua sendo a conseqüência fatal do mecanismo de concessões. Sejam quais forem os critérios de distribuição, a concessão equivale, nesse sistema, a uma outorga de privilégios. (...) Quer dizer: entre nós, o mecanismo de concessões não é - nunca foi - um expediente técnico apenas; ele é um sistema de controle das emissões pelo poder de Estado. A sua simples existência já é uma forma de censura, pois sua função é discriminar os que estão autorizados a falar e os que estão condenados a ouvir. (Machado et al., 1987, pp. 15-17)

Os autores frisam ainda a intenção dos militantes das rádios comunitárias da época em relação à função do Ministério das Comunicações. Para eles, o acesso às ondas deveria ser livre e ao órgão caberia apenas ter uma participação administrativa, “disciplinando a utilização das ondas e impedindo a superposição de duas ou mais emissoras numa mesma faixa, ou a interferência de uma sobre outra”. (ibid, p. 21)

Mesmo com a possibilidade de surgimento destas questões técnicas associadas a uma superocupação do *dial*, isto não era preocupante. O principal obstáculo era o responsável por regular esta entrada nas ondas do rádio. Eufóricos, a maioria dos primeiros usuários destas emissoras acreditava que deveria se travar

²¹Trecho de palestra proferida por José Carlos Rocha, presidente do Fórum Democracia na Comunicação (FDC) e docente de pós-graduação na Faculdade Cásper Líbero, no seminário Gestão Participativa em Emissoras Comunitárias: Desafios e Perspectivas. O evento foi realizado no dia 31 de março de 2005, na Glória, Zona Sul do Rio, e contou com a presença de 120 representantes de rádios comunitárias.

uma luta para garantir que os interessados tivessem seu lugar assegurado na FM. Esta seria uma revolução possível contra o poder vigente:

Em relação ao rádio, o espaço próprio para uma pequena revolução é o da frequência modulada (FM), por se tratar de uma forma de emissão relativamente barata, que não requer antenas transmissoras sofisticadas, e o equipamento pode inclusive ser construído caseiramente. (...) Além disso, o alcance da FM é mais limitado, o que favorece as experiências comunitárias ou as emissões voltadas para as populações locais. (...) À vista disso, é preciso garantir o espaço da frequência moduladas às experiências de diversificação cultural (...). (Machado et al., 1987, p. 19)

A disputa travada para garantir este espaço na radiodifusão brasileira inspirou até mesmo a proposta de se fazer uma reforma agrária do ar. A intenção era promover uma redistribuição mais igualitária dos canais de rádio:

Imbuídos do sentimento mais nobre e também mais banal de articular uma corda vocal na atmosfera, nós iniciamos um movimento de reforma agrária do ar. O rádio é uma conquista técnica da humanidade e não pode ficar nas mãos (nas línguas) de proprietários-concessionários que só fazem poluir o ar com suas músicas e noticiários descartáveis. PIRATAS SÃO ELES. NÓS NÃO ESTAMOS ATRÁS DO OURO. (ibid, p. 22)

A idéia exposta foi sugerida pela Cooperativa dos Rádio-Amantes de São Paulo, que fixava um valor mensal de contribuição para os seus membros. A organização, hoje extinta, tinha cinco objetivos: possibilitar aos interessados a construção de novos transmissores; em episódios de repressão, oferecer ajuda e solidariedade a qualquer grupo de rádio-amantes; compartilhar os estúdios de produção e os programas; estabelecer regras em relação aos limites de potência do transmissor, interferências de sinais e outros assuntos de interesse do grupo, a fim de manter a ética para estas rádios; socializar conhecimentos técnicos; além de invadir e ocupar de forma definitiva a atmosfera.

Esta forma de ocupação radiofônica do ar foi levada a sério. De acordo com uma pesquisa realizada em 2005 pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), baseado no Sistema de Controle de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a situação do segmento pode ser traduzido da seguinte forma:

Existem 15.499 entidades com outorga ou aguardando aprovação de uma rádio comunitária no Brasil. Desse total, 13.100 pedidos estão na fila de espera e outras 540 funcionam com licença provisória. Apenas 1.378 emissoras, menos de 10 % do total, operam com licença definitiva.²²

Os números apresentados na publicação revelam também o embate travado para que as emissoras consigam estar na legalidade. No Rio de Janeiro são 633 rádios comunitárias aguardando a licença do Ministério das Comunicações; 11 com outorgas; nenhuma com aprovação local; 37 com licença definitiva; e 12 com a provisória. Muitas delas vivem na ilegalidade devido à burocratização do processo junto à Brasília.

O órgão alega que os dois maiores obstáculos para conceder a outorga são o fato de ser limitado o espectro radioelétrico (canais) e a dificuldade em identificar se realmente as requerentes estão no perfil de uma associação comunitária, critério exigido pela Lei Federal 9.612/98, de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Com frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita considera-se rádio comunitária:

(...) uma emissora sem fins lucrativos, administrada por um conselho da comunidade; não pertencente a religião, partido ou empresa; seu objetivo maior é o desenvolvimento da comunidade. Ela é plural e democrática. Tem legislação própria.²³

Segundo Alexandra Costa, Coordenadora do Setor de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações, apenas a documentação enviada não é capaz de atestar se o requerente da concessão do canal é uma entidade comunitária:

Recebemos muitos pedidos de outorga de todo o Brasil, mas olhar apenas para estes dados não nos garante que na prática as emissoras sigam realmente as normas que lhe dariam o direito à licença. O ideal seria visitar cada uma das requerentes, avaliar com frequência a sua programação, mas com um país do tamanho do nosso isto é impossível.²⁴

Para tentar estabelecer um padrão de comportamento que atenda às exigências do órgão, ficou determinada pelo Congresso Nacional a necessidade de

²²Publicação presente na Revista A Rede Tecnologia para a Inclusão Social com o título Retrato da Radiodifusão Comunitária no Brasil, edição de agosto de 2005.

²³Definição presente na cartilha *Rádios comunitárias - o que é e como montar*. p. 5.

²⁴Entrevista concedida pela Coordenadora do Setor de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações, Alexandra Costa, à pesquisadora no dia 31 de março de 2005.

se criar e registrar um estatuto para as rádios comunitárias. Nem os dirigentes das emissoras escaparam às normas. Eles devem ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, ser maiores de 18 anos, assim como, continuar morando na área atendida. Os responsáveis têm o compromisso de instituir um conselho comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade (associação de moradores, de classe, religiosas etc). O grupo tem a função de acompanhar se a programação da emissora atende aos requisitos determinados pela legislação.

As cláusulas, que definem o tipo de material a ser transmitido, estabelecem a preferência pela veiculação de mensagens de cunho educativo, artístico, cultural e informativo, em prol do desenvolvimento da comunidade. Há, ainda, o intuito de integrar a população local e promover atividades jornalísticas. Devem ser observadas na execução destas metas o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Sendo assim, não se tolera a discriminação de raça, gênero, religião, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social. Para tanto, é preciso divulgar a pluralidade de opiniões e versões relativa aos fatos noticiados:

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.²⁵

Segundo um dos diretores da Rádio Novos Rumos, Walter Mesquita, mesmo cumprindo todos estes pré-requisitos, a emissora luta há 15 anos para conseguir a outorga, sem obter sucesso:

O nosso pedido de autorização ainda está tramitando em Brasília. Toda vez ele volta porque fica pendente um item. A gente resolve aquele ponto e aparece outro problema. Com isso vão se passando os anos. Isso também acontece em outras rádios que têm uma notoriedade dentro do movimento. Na minha opinião, a outorga da Novos Rumos não vem tão cedo porque dar concessão a ela significa encorajar outras rádios a estar lutando pela licença.²⁶

São várias as rádios que seguiram os rumos da emissora de Queimados. Elas buscam obter a sua concessão e enquanto aguardam a licença mantêm suas

²⁵Trecho retirado da cartilha *Rádios comunitárias- Legislação que regulamenta-* p. 5

²⁶Entrevista concedida por um dos diretores da rádio comunitária Novos Rumos, Walter Mesquita, à pesquisadora no dia 12 de junho de 2006.

programações. No entanto, por vezes, paga-se um preço que implica em prejuízo para a comunidade. De um lado, na maioria das vezes, os militantes persistem em utilizar o canal em prol da população local, de outro predomina a pressão da fiscalização da Anatel e das ações inesperadas da Polícia Federal. O resultado traduz outra situação de tensão na trajetória deste segmento.

Foi isso que aconteceu no dia 10 de agosto de 2006. Mais uma rádio comunitária é fechada no Brasil. Por volta das 14h, o diretor da emissora Ativa, situada na comunidade Saco das Flores, em Maricá, foi surpreendido. Integrantes da Anatel e da Polícia Federal chegaram ao local com um mandado de busca e apreensão. Todos os equipamentos foram levados, mesmo diante de tantos documentos apresentados por Cantareli.

De acordo com ele, desde novembro de 1998 foi dada a entrada no processo para pedir a Licença Provisória da 105,9 FM:

Passei por este constrangimento por causa da lentidão da atuação do Ministério das Comunicações. Meus direitos não estão sendo respeitados. Eles poderiam rever todos os documentos enviados por mim.²⁷

Cantareli afirma que a rádio opera somente há 2 anos e que esperou 5 para colocá-la em funcionamento. Todo processo de legalização e as exigências feitas pelo órgão responsável foram cumpridos. Mesmo assim, ele garante que só abriu a emissora porque tinham pessoas querendo utilizar a frequência, que estava inativa, mas nunca desistiu de conseguir a outorga.

Nesta trajetória, vários foram os problemas apresentados pelo Ministério das Comunicações. Primeiro, o órgão alegava que as coordenadas geográficas estavam erradas. Depois de algumas alterações, o projeto técnico foi aprovado. Em seguida foram solicitados o CNPJ e a Ata de Fundação da 105.9 FM. Cantareli diz que com toda burocracia enfrentada, em 6 meses tinha atendido as exigências. “Sinto-me violentado e pequeno. A rádio comunitária Ativa não é clandestina porque tem todos os documentos e o ministério conhece todos os procedimentos que já fizemos”.²⁸ Ele acrescenta que o processo de sua rádio ainda está em andamento.

²⁷Entrevista concedida pelo diretor da rádio comunitária Ativa, Cantareli, em 11 de agosto de 2006.

²⁸Entrevista concedida pelo diretor da rádio comunitária Ativa, Cantareli, em 11 de agosto de 2006.

Situação parecida acontece com a rádio comunitária RP Notícias, que fica em Rio das Pedras, Jacarepaguá. Com uma década de existência, há 3 anos o diretor da emissora, Leonardo Farias Magalhães, deu entrada nas documentações para a emissora se tornar legalizada. Mas até hoje, ele não obteve nenhuma resposta. “No site do Ministério das Comunicações é possível fazer consultas para saber como está o processo. A resposta é sempre a mesma: o pedido está em andamento”.²⁹ Mesmo sem o alvará de funcionamento a rádio não sai do ar. Com 50 integrantes, a 90,9 FM já passou por alguns momentos de dificuldade.

Por isso, Leonardo fica tão apreensivo com uma visita inesperada da Anatel. Por duas vezes, o órgão lacrou os equipamentos da emissora. Na primeira, a rádio teve que pagar uma multa de R\$1.500. O processo só foi revertido com as orientações de um advogado da Federação de Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro (Farc-RJ). Na segunda, os fiscais determinaram que os transmissores fossem desligados. De acordo com a coordenadora da RP Notícias, Vanda Santos, o incidente também afetou o funcionamento do Centro Social Magalhães, que presta vários serviços à comunidade:

Infelizmente com o fechamento da rádio tivemos que interromper também os trabalhos do Centro Social. Afinal, era através da RP Notícias que a instituição divulgava seus projetos de achados e perdidos, de procura de familiares desaparecidos, de banco de emprego e de distribuição de cesta básica para os mais necessitados. Nesta época não dispúnhamos mais do veículo para prestar estes serviços.³⁰

Quem também ficou muito preocupada com a permanência dos trabalhos desenvolvidos foi a diretora executiva da rádio comunitária Pedra Branca, de Bangu. Quando Valdinéia da Silva Siqueira soube do fechamento de 6 rádios comunitárias na Zona Oeste do Rio logo temeu que as operações de repressão da Polícia Federal, nos canais que operam sem autorização da Anatel, interrompessem suas atividades:

Temos receio que isto aconteça com a nossa rádio e tenhamos que interromper os serviços que prestamos à população. Nós atendemos a um grande número de ouvintes e temos medo de deixá-los sem informações, sem ter um meio de comunicação para reclamar, enfim, sem um espaço de fato para a comunidade. Porque, na maioria das vezes, é através da Pedra Branca que eles ficam sabendo o

²⁹Entrevista concedida pelo diretor da RP Notícias, Leonardo Farias Magalhães, à pesquisadora em 12 de setembro de 2006.

³⁰Entrevista concedida pela coordenadora da rádio comunitária RP Notícias, Vanda Santos, à pesquisadora em 14 de abril de 2005.

que está acontecendo na própria localidade onde moram, como por exemplo, eleições para diretoria de associações de moradores ou opções de lazer.³¹

O receio de ficar fora do ar se concretizou na rádio comunitária Onda Livre, em São João de Meriti, durante um mês no ano de 2005. De acordo com a coordenadora, Susana Marques, para se preservar das ações da Anatel, os responsáveis pelo canal decidiram desmontar o transmissor com medo de perder os equipamentos. Na mesma época, os fiscais da Agência haviam lacrado, sem mandado judicial, cinco rádios comunitárias da Baixada Fluminense. As emissoras estavam caladas quando ocorreu a chacina que vitimou 31 pessoas na região.

Algumas vezes a população torna-se vítima de uma outra forma. Nas ocasiões em que a operação de repressão acontece de forma violenta, além de haver um esvaziamento da potencialidade comunicativa da comunidade, ela também fica atemorizada com um aparato assustador para o fechamento de uma rádio:

Quando a Rádio Maré se constituiu, ela também sofreu uma apreensão. Encontravam-se 21 policiais armados, muito mais armados do que aqueles que são vistos no combate ao narcotráfico: com granadas, metralhadoras, e não sei o quê. Vinte e um policiais armados para fechar uma rádio comunitária, no momento em que uma senhora fazia um programa, e um menino, que fora praticamente retirado do tráfico, operava a mesa, dando assistência à locutora. Um aparato enorme para fechar uma rádio comunitária! E com a Polícia Federal estava o Jornal do Brasil. Por que chamaram o Jornal do Brasil? Porque queriam mostrar, na verdade, que era uma apreensão de rádio comunitária, com aquele aparato todo, para dizer: 'Olha, quem faz rádio comunitária é bandido, é traficante, é não sei o quê...'. A intenção da Polícia Federal ao chamar a mídia era criar esse terror nas comunidades, que, no dia seguinte, estariam vendo a matéria no jornal. (Santos, 2004, p. 113)

De acordo com Tião Santos, esta não foi uma atitude isolada na tentativa de denegrir a imagem das rádios comunitárias, associando-as à criminalidade. Ele considera este tipo de postura irresponsável e extremamente tendenciosa, no sentido de enfraquecer e desmoralizar o movimento de democratização da comunicação:

³¹Entrevista concedida pela diretora executiva da rádio comunitária Pedra Branca, Valdinéia da Silva Siqueira, à pesquisadora em 20 de julho de 2005.

Muitas pessoas falam que a rádio comunitária está ligada ao tráfico... Eu acho este discurso, primeiro, irresponsável e segundo, mentiroso. Qualquer entidade numa comunidade favelada, hoje no Rio de Janeiro, sofre interferência do tráfico. Uma coisa é este tipo de interferência, a outra é o tráfico mandar na rádio, interferir na programação ou usar a rádio, aí é diferente. O território tem dono e na rádio não é diferente. Agora, dizer que o tráfico ocupou as rádios comunitárias, que o tráfico manda nelas, isto não existe. Tivemos apenas um caso e aí é um que vira notícia que acaba parecendo que todo mundo faz igual. Em Campo Grande, um policial ligado a mineira, do grupo de matadores, tinha participação em uma rádio comunitária, disse que queria que a comunidade naquele dia fosse dormir 10 horas da noite e usava a rádio para dizer isso. A Globo e outras emissoras fizeram a reportagem e pareceu que todas as rádios que estão em favelas estão subjugadas ao tráfico e não é verdade.³²

Mesmo em meio a esta tensão alguns dos alvos das ações de repressão não ficam silenciados. Antes mobilizam-se para evitar que emissoras da vizinhança também sejam prejudicadas pelas operações. A prática, freqüentemente realizada através de telefonemas, e-mail e até mesmo comunicados veiculados no ar, é responsável pela rápida tessitura de uma rede criada para avisar às rádios comunitárias da área sobre os riscos de fechamento, quando a Anatel está por perto.

Foi assim que Valdinéia soube do episódio das emissoras da Zona Oeste. Da mesma forma, Susana ficou a par das ações nas rádios da Baixada Fluminense. E é por este tipo de mobilização em rede que a Revira, muitas das vezes, se torna uma central multiplicadora deste tipo de informação. Nestes casos, ela alerta as parceiras situadas nas regiões que estão sofrendo algum tipo de repressão.

Percebemos, desta forma, que as rádios comunitárias driblam as limitações impostas pelos órgãos oficiais através da criatividade. Deste modo, podemos considerá-las como “identidades afirmadas”, ou seja, aquelas que mesmo com os mecanismos de repressão encontram maneiras de oferecer resistência, através da criatividade. De forma “resistente, matreira ou rebelde”, como define Chartier (1995), a recepção não aceita passivamente as imposições. Pelo contrário, no caso destas emissoras a tecnologia que pretendia acabar com elas é usada em favor próprio. “O que mudou, evidentemente, foi a maneira pela qual essas identidades puderam se enunciar e se afirmar, fazendo uso inclusive dos próprios meios destinados a aniquilá-las”.(ibid, 4).

³² Entrevista de Tião Santos presente na revista Comunicação&Comunidade, Ano XI, nº 10, 2005, p. 18.

Esta autonomia pode ser percebida através da maneira com que a população de Queimados se comportou quando há 9 anos a rádio comunitária Novos Rumos foi fechada. Cientes do poder que tinham nas mãos, as pessoas se organizaram e não ficaram passivas frente às determinações que, entre outras coisas, suspendiam o funcionamento da emissora:

A rádio comunitária Novos Rumos, em Queimados, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, existe há mais de cinco anos e é líder de audiência na região. No dia 6 de maio de 1997 o Dentel resolveu fechá-la. Lacrou equipamentos, levou o transmissor, prendeu seu diretor, Ismael Lopes. Pois bem, a comunidade não aceitou este abuso. Reuniu-se em assembléia decidindo que a rádio deveria voltar à atividade. E cinco dias depois de fechada (11/5/97) a Novos Rumos voltou a transmitir. Eis um grande exemplo de coragem e resistência. (Luz & Dalchiavon, 1997, p. 1)

No entanto, este tipo de articulação não ocorre apenas dentro de uma emissora ou entre as várias rádios comunitárias de uma área. Por vezes, elas se organizam para tratar deste tipo de ação, que mexe com a estrutura da comunicação local como um todo. Buscando apoio em órgãos afins, o segmento mostra sua força aglutinadora para solucionar este tipo de problema.

Quando, em 2005, a Baixada sofreu seguidos atos de repressão, de pronto foi realizada uma audiência pública. O tema era a situação das rádios comunitárias de São João de Meriti e o assunto foi debatido na Câmara dos Vereadores do município. Na pauta de discussão estavam as ações de fiscais da Anatel, que tinham lacrado transmissores de algumas emissoras da região. Na mesa composta por 4 pessoas estava Susana Marques, representante da Onda Livre.

Na ocasião, também foi lançado um manifesto de repúdio à repressão, à ilegalidade de operações da Anatel e à falta de liberdade de expressão e cidadania. No documento havia ainda o pedido para que fossem revistos os processos de rádios da cidade, que estão engavetados desde 1998. Em anexo foi incluído um abaixo-assinado com nomes de representantes de diversas instituições. A publicação foi encaminhada para o Ministério das Comunicações.

Cerca de um mês depois, em junho, as lideranças de Rádios Comunitárias do Estado do Rio de Janeiro agendaram uma audiência em Brasília. Eles se encontraram com os Ministros das Comunicações, Eunício Oliveira, da Justiça, Tomás Bastos e o Secretário Executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira:

O grupo apresentou propostas para solucionar os problemas na aprovação dos pedidos de autorização e também sobre a repressão às emissoras comunitárias, movimento que teve um aumento de 37% no governo Lula.³³

No Rio de Janeiro, mais de um ano depois deste encontro, a RP Notícias organizou um debate sobre a repressão das rádios comunitárias pela Anatel. Toda a discussão foi transmitida ao vivo pela emissora. A participação popular foi grande e integrantes de outros canais da região também opinaram sobre a realidade que muitos já vivenciaram.

Eles falaram sobre os impactos, na prática, da aplicação da legislação brasileira no setor. De acordo com as orientações da lei, que regula o segmento, o não cumprimento das normas sobre instalação, programação, administração e transmissão da rádio comunitária é considerado crime. A punição vai desde uma advertência ou multa até a perda da autorização.

Em se tratando das emissoras que não dispõem da outorga, a instalação e o funcionamento destas rádios também são considerados crime, punido com prisão dos responsáveis e apreensão dos equipamentos. Essa penalidade é aplicada ao proprietário da estação e também a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estiverem ligados a essa atividade.

No cotidiano, no caso em que a repressão é mais severa, o jeito é recomeçar a montar a rádio ou esperar o resultado do processo para tentar reaver os instrumentos de trabalho. Mas, quando apenas os transmissores são desligados e os equipamentos lacrados isto não se constitui num impedimento para o funcionamento das emissoras. Por vezes, os responsáveis aguardam alguns dias para que os fiscais se afastem da área com seus rastreadores para colocarem novamente no ar a programação.

Mesmo estando hoje com o funcionamento normalizado, esta amostra sobre o que aconteceu com a Onda Livre, com a RP Notícias e tantas outras rádios comunitárias que sofreram repressão parece nos indicar que há uma tentativa de excluir a possibilidade de se construir narrativas através destes canais:

O destino historiográfico da cultura popular é portanto ser sempre abafada, recalçada, arrasada, e, ao mesmo tempo, sempre renascer das cinzas.(...)Isto indica, sem dúvida, que o verdadeiro problema não é tanto datar seu desaparecimento, supostamente irremediável, e sim considerar, para cada época,

³³Trecho de reportagem veiculada no site da Revira (www.redevivafavela.com.br) no dia 24 de junho de 2005.

como se elaboram as relações complexas entre formas impostas, mais ou menos constrangedoras e imperativas, e identidades afirmadas, mais ou menos desenvolvidas e reprimidas. (Chartier, op. cit, p. 3)

Sendo assim, tantos impedimentos, burocracias, perseguições e atos de repressão em relação às rádios comunitárias configuram um tipo de tratamento que nos leva a crer que o acesso aos meios de emissão ainda é o palco onde se dá a tensão entre quem tem ou não o direito de brincar de Deus, construindo verdades, melhor dizendo, narrativas, hoje múltiplas. Estes procedimentos conflitantes revelam que não se trata apenas de se ter a possibilidade de narrar, mas sim que ao fazer isto, através destas emissoras, os sujeitos estão compartilhando conhecimentos de outra natureza, saberes frutos de vivências.

São expostas assim diversas maneiras de se relacionar com a sociedade, a economia, a cultura etc. Isto mostra que a forma como se estabelecem os vínculos com os setores é uma construção, portanto, flexível e não absoluta. A possibilidade de oferecer mais versões para pensar o mundo que, segundo Canclini (1997), deveria somar, ainda estabelece conflitos. Para ele, isto ocorre porque está em jogo a luta pelo poder na sociedade. Batalha que seria travada de modo encoberto e que de certa forma as distintas narrativas a revelariam:

Pero no estamos sólo ante un problema narratológico, estamos ante un conflicto de conocimientos. Queremos saber cómo estas distintas aproximaciones que narran los vínculos de la cultura con la sociedad, con el poder, con la economía, con la producción y reproducción, con la dramatización de los conflictos, podrían ser conjugadas, articuladas unas con otras (...). (Canclini, op. cit, p.43).

O autor sugere que não estamos lidando apenas com uma questão de narrativas, mas sim com conflitos de conhecimentos, na verdade, uma crise paradigmática. Ele propõe que encontremos meios de conjugar estas distintas visões de mundo e não fiquemos apenas na superfície deste embate. Talvez este seja um desafio no que tange ao olhar lançado sobre a relação dos feitos e produções das rádios comunitárias com as criações das emissoras tradicionais.

2.2

Antropofagismo midiático

A relação das rádios comunitárias com os demais veículos tradicionais talvez se apresente de forma mais problemática no que se refere à elaboração teórica deste processo. Para muitos, o segmento ainda é visto como algo marginal e não como uma parte da comunicação social, que está constantemente interagindo com os outros canais. Se esta constatação de um contexto mais plural e povoado de inter-relações ainda é pouco aceitável como um movimento que se possa declarar oficial, na prática a dinâmica é diferente. Ela está se sedimentando a passos largos.

Percebemos algumas iniciativas que indicam este entrosamento entre as emissoras comunitárias e os meios tradicionais, que geram uma absorção de elementos, temas e interesses em via dupla, determinando modos de fazer bem particulares. Convencionamos chamar esta espécie de deglutição simbólica, cujo resultado se corporifica na produção das narrativas, de antropofagismo midiático.³⁴ Pelo que parece, as formas impostas e as “identidades afirmadas” (Chartier, 1995) estão cada vez mais misturadas.

Neste sentido, os sujeitos que compartilham da cultura popular estão se impondo através dos meios de comunicação de massa, pois além de estarem incorporados ao conjunto da cidade, eles também são produtores de narrativas. O modo como se dá esta elaboração relaciona-se com a forma de se apropriar dos elementos oferecidos. É o que nos mostra o depoimento do diretor da rádio comunitária Bangu FM, 97,7. Mauro Dias conta que sempre faz a cobertura dos ensaios e eventos da Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel. Nestas ocasiões, ele angaria uma série de colegas das rádios profissionais que o cercam para pedir informações sobre as personalidades e o andamento da festa:

Quando se aproxima o carnaval, percebo de modo muito mais forte como ninguém pode ter o conhecimento sobre tudo no mundo. Falo isso porque quando os jornalistas chegam aqui, na escola de samba, em Padre Miguel, eles não

³⁴Nos apropriamos do conceito trazido pelo Movimento Antropofágico, de 1928, liderado por Oswald de Andrade, que foi uma resposta às questões colocadas pela Semana de Arte Moderna de 1922. Basicamente, a proposta era a devoração da cultura e das técnicas européias, transformando o produto importado em exportável. Os elementos desta definição foram retirados do livro *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias* (Nicola, 1990, p. 228).

conhecem quem é quem na comunidade, me perguntam sobre os membros da Velha Guarda, enfim, todo o procedimento que pra mim é natural dentro da agremiação. Mas se por um lado eu os apresento para as personalidades da área, os colegas também são parceiros e quebram o galho de vez em quando. Por exemplo, se eu precisar de um fone para cobrir um jogo do Bangu, a Rádio Globo também empresta para mim.³⁵

Outro que garante ser muito procurado pela mídia é Elias Lira. De acordo com ele, sempre que algo de diferente acontece na Rocinha a Rede Globo vai até a sede da emissora, que fica em uma das entradas da comunidade, para apurar melhor os acontecimentos:

Várias vezes os repórteres vieram aqui ou me ligaram para saber o que estava acontecendo na comunidade. A Rocinha é muito grande e tem algumas situações que não dá para saber o que está se passando aqui dentro. Só quem mora mesmo é que sabe. Como temos este canal aberto com os moradores, através da Rádio Brisa, as informações chegam muito mais rápido para a gente. Noticiamos por aqui e eles noticiam nos jornais deles.³⁶

Esta dificuldade da mídia em entrar em determinadas comunidades por motivos diversos - presença do tráfico, falta de conhecimento da área e tragédias em locais de difícil acesso - acaba por valorizar o papel da rádio comunitária. Geralmente, ela está estrategicamente situada em lugares onde os possíveis personagens que interessam aos jornalistas transitam. Os integrantes da emissora também conseguem chegar onde muitos veículos não têm acesso.

Leonardo Magalhães reclama que muitos não têm a consciência de que a rádio comunitária presta um serviço para dentro e fora da comunidade. Ele frisa que em alguns casos é através da RP Notícias que as informações do Rio das Pedras ganham projeção em áreas vizinhas e podem chegar à mídia tradicional:

O que me deixa mais indignado é a discriminação com que a sociedade trata as emissoras. Alguns não percebem como o veículo tem mil utilidades para a comunidade e para a população em geral. O caso do incêndio que houve aqui este ano e deixou muitas famílias sem nada é um exemplo. Anunciamos no ar o acontecido, fizemos um apelo e em pouco tempo chegaram muitas doações. O telefone aqui também não parou de tocar porque várias emissoras queriam confirmar o ocorrido. Toda hora ligavam para saber mais detalhes.³⁷

³⁵Entrevista concedida pelo diretor da rádio comunitária Bangu FM, Mauro Dias, à pesquisadora no dia 28 de outubro de 2005.

³⁶Entrevista do presidente da rádio comunitária Brisa FM, Elias Lira, concedida à pesquisadora em 10 de maio de 2006.

³⁷Entrevista concedida pelo diretor da RP Notícias, Leonardo Farias Magalhães, à pesquisadora em 12 de setembro de 2006.

Neste contexto, a emissora vira fonte e ao mesmo tempo meio de comunicação legitimado. Ganha credibilidade pela necessidade de os veículos tradicionais estarem a par dos fatos. Situação em que a pauta é definida pelo meio de comunicação local. Mas algumas vezes a procura da mídia é para obter detalhes sobre a própria rádio comunitária ou a respeito de alguém que trabalha no veículo. Quando isto acontece a rádio comunitária vira notícia. Foi justamente o que houve com a Estilo Livre, do Vidigal, em um dia de março de 2005. Uma reportagem publicada sobre a emissora denunciava que há um fluxo de elementos da cultura popular que percorre a sociedade e passa a despertar o interesse do jornalismo:

A Madame Satã não é a única rádio comunitária da cidade que levanta a bandeira da inclusão social de jovens carentes. Localizada num sobrado do Morro do Vidigal e criada há oito anos por José Wanderley Gomes da Silva, a Estilo Livre (102,5 FM) luta para afastar adolescentes da influência do tráfico. Para isso, os jovens da favela são incentivados a trabalhar na rádio. “Graças à rádio, muitos adolescentes do morro que estavam praticamente com o pé na cova mudaram de vida” conta Wanderley. Alguns deles viraram integrantes de equipes de som ou DJs. Outros conseguiram empregos como locutores de supermercado. O único pré-requisito para entrar na Estilo Livre é estar estudando. Atualmente 20 jovens trabalham na rádio, que (...) é apoiada pelo comércio local (...).³⁸

José Wanderley integrou a equipe de correspondentes de favelas que durante a existência da Rádio Viva Rio³⁹ entrava na programação da 1180 AM. A emissora, que fazia parte do Sistema Globo de Rádio, mas tinha a gestão e programação conduzida pela Ong Viva Rio, contava com a participação de integrantes de rádios comunitárias nos seus informativos. Os fatos ocorridos nas comunidades eram veiculados entre notícias variadas sobre cidade, país, saúde, política, educação, cultura, entre outros. Estas participações aconteciam nos dois noticiários da rádio: “Informe Viva Rio”, realizado de hora em hora com cerca de 5 minutos de duração, e o “Viva Rio Notícias”, que era veiculado durante meia hora, às 13h e às 17h.

Era assim que, precedidos por uma vinheta com os dizeres “rolé comunitário”, os comunicadores populares faziam a transmissão ao vivo, pelo

³⁸Reportagem sobre a rádio comunitária Estilo Livre publicada no Jornal *O Globo* do dia 29 de março de 2005, com o título *Perto da música, longe do tráfico*.

³⁹A Rádio Viva Rio (1180 AM) foi criada em 9 de setembro de 2002 e ficou no ar até março de 2005, quando o dial foi devolvido para o Sistema Globo de Rádio, tornando-se novamente responsável pela programação da emissora.

telefone, das informações que colhiam na localidade onde moravam. O grupo era composto por pessoas de locais variados do Estado: de Queimados, Rosana Cordeiro, da Novos Rumos; do Rio das Pedras, Vanda Santos, da RP Notícias; de Saracuruna, Luiz Henrique, da Juventude FM; de Nova Iguaçu, Luiz Carlos Matos, da Adonai; de Caxias, Adriana Rodrigues, da Quarup; de São João de Meriti, Susana Marques, da Onda Livre; e de São Gonçalo, Edson Oliveira.

Na Rádio Viva Rio, ao trazerem estas notícias específicas do universo popular, para serem misturadas às demais na programação de uma emissora AM, os correspondentes participaram de um processo de mesclagem. A estrutura e transmissão dos informativos eram feitas da seguinte forma: de um lado da linha telefônica, os jornalistas da rádio convencional, ávidos pela obtenção da matéria-prima, trazida pelo discurso comunitário, elaboravam uma cabeça do locutor⁴⁰, seguindo as normas técnicas. Do outro lado, no momento da produção ir ao ar, os representantes das rádios comunitárias apresentavam, com frequência, um texto improvisado ou, no mínimo, sem as domesticações dos manuais de redação. Mas, esta hibridez não incomodava, fazia parte do ato antropofágico, chegando inclusive a melhor caracterizar o dito “popular”. Afinal eram destas composições, mesmo com as interferências do setor de jornalismo da Viva Rio, que se extraíam os modos distintos de lidar com a realidade. Como aponta Martín-Barbero (1983), a essência do que é considerado “popular” pode ser colhido através dos:

(...) modos de fazer, modos de perceber a realidade diferentes, impugnadores, questionadores, ainda que essa impugnação e esse questionamento não estejam claros, não sejam transparentes e estejam atravessados pela ambigüidade, pelo conflito. (Martín-Barbero, 1983, p. 6)

A meta de tentar pensar a comunicação tendo como referência os valores dos grupos populares, capturando suas especificidades, fazia com que os profissionais do jornalismo da Rádio Viva Rio atravessassem os conflitos nas maneiras de se produzir. E foi mergulhando, por vezes, nas narrativas que nem sempre estavam tão claras e objetivas, como ditavam as regras jornalísticas, que se tornaram públicas histórias como a de Dona Maria da Biquinha, através da correspondente Rosana Cordeiro:

⁴⁰ Cabeça do locutor é um termo técnico do radiojornalismo que indica um breve resumo do que será tratado na reportagem.

Estamos aqui, diretamente da Baixada Fluminense, para contar a história de Dona Maria da Biquinha. A líder comunitária mora na Reserva do Tinguá, em Nova Iguaçu, e recebeu este nome porque precisa, assim como a população local, andar meia hora, todos os dias, até chegar a uma bica, onde tem água potável. A falta de saneamento básico na área já dura 70 anos, tempo em que os primeiros habitantes montaram suas casas. Desde então eles utilizam as águas dos lagos para lavar roupas, louças e tomar banho, poluindo o local. A comunidade já não aguenta mais e pede que medidas sejam tomadas.⁴¹

Conforme estas notícias iam para o ar, aos poucos, sutis dicas, que consideramos adestradoras da linguagem, foram sendo incorporadas aos textos dos correspondentes. Citamos como exemplos, a padronização da assinatura da reportagem e a preocupação em ouvir órgãos responsáveis em casos de reclamações. Tratava-se de pequenos ajustes para melhor adequação ao modelo do radiojornalismo já consagrado. Mas, não se abria mão do que a equipe da 1180 AM batizou de olhar invertido⁴², ou seja, a manutenção da visão de dentro da comunidade para tratar dos assuntos.

Por vezes, no entanto, os representantes de rádios comunitárias estão com o olhar voltado para questões externas. Muitos pretendem participar da segunda revolução, citada por Rocha⁴³, que seria feita através da capacitação. O desafio contemporâneo do segmento seria justamente este: conquistar a sociedade através da qualidade de suas produções.

Não faltam adeptos a este pensamento. Multiplicam-se os cursos e seminários voltados para os profissionais desta área. A adesão também é grande. Em 2005, por exemplo, de agosto a dezembro foram realizadas, pela Revira, 4 oficinas sobre radiojornalismo para integrantes de rádios comunitárias. No total, cerca de 125 pessoas foram qualificadas na área através de aulas teóricas e práticas:

A Revira realizou a formatura da quarta turma da oficina de radiojornalismo, módulo I, nesta segunda-feira, 5, na sede da Ong Viva Rio. Os alunos eram provenientes de rádios comunitárias e projetos sociais. No total, eles tiveram 16 horas de aulas práticas, onde aprenderam técnicas de redação, além de formatos jornalísticos e métodos de edição. O grupo também produziu dois jornais no estúdio da Rádio Viva Rio, com os seguintes títulos: Comunidade Informa e A Roleta. No encerramento das atividades, houve uma avaliação do curso e também

⁴¹Trecho de reportagem transmitida através do “Rolé Comunitário”, na Rádio Viva Rio, no dia 5 de novembro de 2005.

⁴²Esta expressão foi citada no Manual de Redação da Rádio Viva Rio, elaborado em 2004.

⁴³A segunda revolução das rádios comunitárias foi considerada por José Carlos Rocha a necessidade das emissoras do segmento buscarem qualificação para conquistar a sociedade através de suas produções de qualidade.

uma confraternização. Eles receberam certificado, CD e uma versão impressa com o trabalho realizado.⁴⁴

Importante ressaltar que mesmo tendo acesso a este tipo de técnicas do radiojornalismo tradicional, quando os integrantes das rádios comunitárias colocam em prática o que aprenderam, o resultado é uma mistura. Isto porque ao fazerem uma espécie de deglutição da técnica, eles produzem mensagens diferentes, que são devolvidas através das narrativas nas rádios comunitárias. A forma como estes comunicadores comunitários se apropriam e mesclam as informações recebidas com sua realidade local e de vida é bastante específica. É justamente neste caráter tão particular de compor as histórias, tradutoras do seu modo de viver e de se posicionar no mundo, que Martín-Barbero identifica o valor do popular:

O valor do popular não reside na sua autenticidade ou beleza, mas na sua representatividade sócio-cultural, na sua capacidade de materializar e de expressar o modo de viver e de pensar das classes subalternas, as maneiras como sobrevivem e as estratégias através das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica e o integram e fundem com o que vem da sua memória histórica. (Martín-Barbero, 1987, p. 85)

Ao contrário do que se tenta inculcar, a cultura comunitária faz parte do todo, ela nos possibilita pensar na pluralidade. Deste modo, se por um lado a esfera do poder institucional elabora estratégias, por outro, o popular cria táticas de negociação através dos modos de fazer, dizer e usar. São códigos secretos e maneiras de se apropriar, que determinam a produção de sentido no dia-a-dia. Há um jogo de identidade forte, em que as pessoas não são passivas receptoras, antes têm uma leitura plural, inventiva e múltipla:

Ainda que os métodos praticados pela arte de guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir. (Certeau, op. cit, p.102)

Assim, condicionados por sua visão de mundo os responsáveis pelo jornalismo nas rádios comunitárias retêm elementos gerais de notícias e os arrumam de um modo próprio. Há aqueles que copiam os informativos

⁴⁴ Nota divulgada no dia 14 de dezembro de 2005 na seção O que rola pela rede do site da Revira (www.redevivafavela.com.br).

tradicionais em relação ao conteúdo e outros que misturam pautas comunitárias com modelos comerciais. Independentemente do caminho escolhido ele sempre será inventivo na combinação, mas portando características previamente existentes. Como expõe Luiz Gonzaga Motta (1987), há um hibridismo na produção das mensagens populares, que chega a confundir se objetivamos identificar alguma pureza na sua constituição:

Já se disse também que os conteúdos das mensagens dos meios de expressão popular são, muitas vezes, ambíguos. Por que? Porque eles são elaborados num contexto de dominação, em que o pensamento das classes populares (ainda quando num grau de consciência considerável) está impregnado de valores dominantes, como não poderia deixar de ser. Ou seja, mesmo quando coletivamente definidos, mesmo quando levam à mobilização ou quando expressam reivindicações claras, podem estar ‘contaminados’ de valores dominantes. (...) O caráter de classe, portanto, não garante à comunicação popular uma isenção frente à cultura dominante. Especialmente aquelas manifestações mais espontâneas estão sujeitas a expressar valores que foram impostos, mas que são assumidos como próprios. A determinação das fronteiras entre o ‘autêntico’ e o ‘submetido’, ou seja, entre o comportamento autônomo e o cooptado é, evidentemente, muito difícil, para não dizer impossível. (Mota, 1987, p. 44)

Como indica o autor, é impossível que mesmo os conteúdos veiculados pelas rádios comunitárias, que têm um caráter de resistência, escapem das influências do contexto social de dominação em que vivem. De alguma forma isto vai aparecer na constituição dos discursos veiculados. Seja através da apropriação de elementos de emissoras comerciais ou até mesmo de veículos diferentes. No entanto, acrescentamos que este movimento não é unilateral.

As emissoras comunitárias também exercem impactos sobre os demais canais. Um exemplo pode ser citado pela abertura progressiva que algumas rádios convencionais vêm concedendo para a população na área jornalística. Isto pode até ser percebido em outros meios de comunicação. A tentativa de se apropriar deste olhar que parte do interior da comunidade pode ser constatado em quadros como “Você é o repórter”, “Fala Cidadão” ou nomes parecidos, que querem passar o mesmo conceito: a população como a garimpeira das pautas locais.

Este tipo de convivência garante aumento da audiência e da produção de notícias, uma cobertura mais extensiva em locais talvez antes inacessíveis e uma velocidade maior na veiculação do fato. Benefícios alcançados sem o aumento da equipe profissional fixa, apenas com a aplicação de uma espécie de fórmula, extraída do cotidiano das emissoras comunitárias.

2.3

Quinto poder?

A elaboração das narrativas jornalísticas das rádios comunitárias traz em si um conjunto de variados saberes apreendidos, permutados, transformados e montados, segundo lógicas diversas. No entanto, nota-se que na tentativa de legitimar estas mensagens e conteúdos, desconsiderados por uma sociedade excludente, trava-se um embate. A luta é para que estas produções sejam valorizadas. Mas para quem fala de um lugar não hegemônico, tais discursos são fatos indiscutivelmente. A questão é: como tornar estas histórias publicamente conhecidas? Percebemos, então, que estes sujeitos precisam do crivo da autoridade midiática:

(...) o que começa a se fazer visível nas emissoras comunitárias é o novo sentido que adquirem as relações entre cultura e política quando os movimentos sociais de bairro ou locais encontram, em um espaço público como aquele que uma rádio abre, a possibilidade não de serem representados, mas de serem reconhecidos: de fazer ouvir a própria voz, de poder dizer-se com suas linguagens e relatos. (Martín-Barbero, 2003, pp. 73-74)

Neste contexto, as rádios comunitárias aparecem como o lugar onde as pessoas podem deixar de ser representadas por terceiros, assumindo para si o direito de tornar-se reconhecidas pelas suas histórias. Esta mudança de posição é possível graças ao acesso ao meio de comunicação, que assume aqui potencialidades de constituir uma espécie de quinto poder. Afinal, é através destas emissoras que aqueles que sempre foram acostumados apenas a ouvir passam também a receber o *status* de contadores, elaboradores de narrativas próprias. Eles reproduzem visões de mundo, marcando assim uma postura diferenciada na forma de usufruir as possibilidades de tal veículo.

O mais importante é que esta voz seja ecoada de alguma forma. E a partir daí possa ser ouvida pelo conjunto da comunidade que se faz parte, pelos poderes constituídos e por onde a potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior aos 30 metros permitidos pela lei federal. Até a luta com as precariedades técnicas tornam-se fontes estimulantes para que se possa alcançar alternativas criativas. Tal realidade foi narrada por uma das

apresentadoras da rádio comunitária Aliança FM, do Alto da Boa Vista, Nice Massaroni:

A falta de equipamento aqui não é problema, ao contrário, torna-se solução. Se o transmissor escangalha fazemos um chá beneficente em um domingo, a comunidade ajuda e rapidinho voltamos pro ar. Se não tem híbrida, não vamos deixar o ouvinte sem falar, né? Improvisamos logo um viva-voz no estúdio e tudo dá certo. O que não podemos é ficar calados tendo potencialmente uma rádio. Como vamos cobrar dos órgãos competentes o serviço não feito? Como vamos ajudar a encontrar documentos e parentes? Para quem vamos contar nossas histórias?⁴⁵

Na hora em que a comunidade expõe seus problemas e busca soluções nos órgãos competentes, muitas das vezes o pedido é ignorado. A partir do momento que esta solicitação é feita através de uma rádio comunitária há uma forma especial de obter um retorno diferente. Ao fazerem contato com a instituição alvo da reclamação, os comunicadores frisam que as emissoras têm um grande alcance e uma audiência significativa. Estes dados acabam por conferir certa credibilidade a estas rádios:

Já tinha solicitado o conserto da bomba que abastece a Chácara do Céu várias vezes. A comunidade estava sofrendo muito tendo que subir e descer com galão nas costas para buscar água. A questão só foi resolvida quando fui na rádio Grande Tijuca e expus no ar o problema. Eles ligaram para a Cedae que primeiro não deu muita bola, mas depois quando a coordenadora da emissora falou sobre a área de abrangência da rádio, da audiência nos bairros vizinhos, aí a história mudou de figura. No mesmo dia mandaram uma equipe técnica no local.⁴⁶

Mostra-se assim mais uma faceta deste provável quinto poder, exercido pelas rádios comunitárias. Através delas, o discurso dos sujeitos é fortalecido, ganhando dimensões mais significativas nas negociações sociais. Tal colocação nos demonstra a alteração que houve no âmbito público como cenário em que os cidadãos discutem e decidem os assuntos coletivos.

Para Canclini (1999), esta estrutura que historicamente se formou no século XVIII com alcance restrito à burguesia e à elite agora apresenta-se de forma distinta. Segundo o autor, com o enorme crescimento das tecnologias audiovisuais há uma mudança no exercício da cidadania. Através dos meios

⁴⁵Entrevista concedida pela apresentadora da rádio comunitária Aliança FM, Nice Massaroni, à pesquisadora no dia 29 de abril de 2005.

⁴⁶Entrevista concedida pelo ex-presidente da associação de moradores da Chácara do Céu, na Tijuca, Antônio Rodrigues, à pesquisadora em 5 de outubro de 2005.

eletrônicos as massas populares têm acesso a esferas públicas. Desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre muitas vezes às rádios comunitárias para obter o que as outras instituições não proporcionam, nem que seja o direito de falar.

Isto traz implicações quando aqueles que sempre foram tratados exclusivamente como receptores tornam-se também agentes produtores de conteúdo. Eles deslocam-se pelos espaços e querem garantir sua participação na cobertura de eventos, tradicionalmente acompanhados por emissoras convencionais. Mas, dependendo da popularidade e do grau de atuação da rádio seu representante pode conseguir acompanhar importantes situações, às vezes só portando uma carteira de identificação do veículo proveniente:

Este ano estive em Brasília, consegui furar o bloqueio e participei de uma entrevista coletiva que o presidente Lula concedeu. Mostramos nossa cara lá, de comunicadores comunitários de favela. Gravei tudinho e depois coloquei com o maior orgulho lá na Brisa. O pessoal da Rocinha perguntava: mas você esteve mesmo com ele? E eu respondi, mas claro. Nós vamos onde tem coisas do nosso interesse e conquistamos o nosso espaço.⁴⁷

Apostando nesta possibilidade de articulação e respeito à diversidade, podemos verificar a força das narrativas e das representações simbólicas como reconfiguradoras dos poderes. Como revela o depoimento de Elias, o movimento de sair da comunidade onde se mora e conseguir se posicionar de forma diferente em locais antes considerados inacessíveis promove mudanças significativas dentro e fora da favela. Para Jorge González (1991), a possibilidade de visualizar uma nova inserção no espaço público revela a faceta transformadora da cultura:

A cultura é também a capacidade de imaginar que a vida poderia ser diferente e com ela ascendermos à faculdade de criar mundos possíveis, reinos de evasão e de ruptura de barreiras, talvez no momento, apenas no momento, irrealizáveis. (González, 1991, p. 7)

A concretização deste deslocamento e a conseqüente presença de representantes de rádios comunitárias em eventos deste porte nos permitem vislumbrar o que ainda não é uma prática, mas que pode se tornar perfeitamente

⁴⁷Entrevista do presidente da rádio comunitária Brisa FM, Elias Lira, concedida à pesquisadora em 10 de maio de 2006.

corriqueiro. O primeiro passo foi dado, o de romper limites impostos por uma realidade construída e, perceber, assim, que a inserção destas emissoras pode ser muito ampla. Seria mais uma conquista do quinto poder?